*FUNCIONÁRIO PÚBLICO — DEMISSÃO — INQUÉRITO
ADMINISTRATIVO*

— Sendo nulo o inquérito administrativo não pode subsistir a demissão do funcionário nêle baseado.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Prefeitura Municipal de Baixa Verde *versus* Manoel Bezerra Galvão

Recurso Extraordinário n.º 23.730 — Relator: Sr. Ministro

RIBEIRO DA COSTA

ACÓRDÃO

Vistos e relatados êstes autos de recurso ordinário n.º 23.730, do Rio Grande do Norte, recorrente, Prefeitura Municipal de Baixa Verde, recorrido Manoel Bezerra Galvão.

Acorda o Supremo Tribunal Federal, em 1.ª Turma, não conhecer do recurso, unanimemente, nos termos das notas taquigráficas anexas. Custas *ex-lege*.

Rio, 6 de maio de 1954. — *A. M. Ribeiro da Costa*, Presidente e Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Ribeiro da Costa — Manoel Bezerra Galvão, propôs, sob o patrocínio da Justiça Gratuita, pelo Juízo de Direito da Comarca de Baixa Verde, Rio Grande do Norte, contra a Prefeitura Municipal, ação ordinária

para anular o ato que o demitiu das funções de Procurador-Geral do Município de Baixa Verde.

A ação foi processada regularmente, impugnando-a a ré, na contestação.

Procedeu-se à audiência de instrução, finda a qual proferiu o Sr. Juiz a sentença de fls. 161-169, onde detida emeticulosamente aprecia as razões do pedido e de sua impugnação, que teve por injustificável, dando àquele por procedente para o efeito de anular o ato do Prefeito que demitiu o autor das funções de Procurador do respectivo Município.

Desprezou a sentença a preliminar de nulidade do processo por falta de citação do Governador do Estado, uma vez que o mesmo não era parte legítima, interessada no feito, pois o ato impugnado não fôra por êle praticado e,

sim, pelo Prefeito do Município de Baixa Verde.

Considerou a sentença, no mérito, tratar-se, na espécie, de inquérito administrativo, nulo, eivado, que fóra de vícios insanáveis, primeiro pela incompetência da autoridade que designou a respectiva comissão, assim infringindo o disposto no art. 239 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais. Segundo, por não ter sido facultada plena defesa ao autor, ao qual somente se deu ciência daquele procedimento, já na sua fase final, depois da produção das provas.

Teve, ainda, por indemonstradas as faltas funcionais atribuídas ao autor, solicitando, por último, ser inacolhível a alegação da ré, no sentido de que, podendo o autor ser demitido independentemente da abertura de inquérito administrativo, por lhe faltar o requisito de estabilidade, a nulidade do inquérito em nada lhe poderia aproveitar.

O Egrégio Tribunal de Justiça, negando provimento à apelação interposta da sentença, confirmou-a integralmente, por votação unânime (fls. 195-197).

Dessa decisão a ré interpôs apêlo específico, sob invocação das alíneas *a* e *d* do art. 101, III, da Constituição Federal, cujos artigos 188, n.ºs I e II e 169, diz terem sido violados pelo julgado recorrido.

Indica, com o propósito de enquadrar o pressuposto da letra *d*, dois arestos dêste Tribunal e um do Tribunal Mineiro.

Arrazoram as partes.

O eminente Dr. Procurador-Geral da República impugna o recurso, pelo seguinte parecer (fls. 210-211 — ler):

“Não nos parece que seja caso de recurso extraordinário.

Invocando as alíneas *a* e *d* do art. 101, n.º III da Constituição (fls. 198), pretende a recorrente que teria sido contrariada pelo Ven. Acórdão de fls. 195-197, que confirmou a sentença de fls. 161-169, os arts. 188, ns. I e II, e 189 da Carta Magna.

Mas se a demissão do funcionário foi precedida de inquérito administrativo, força é convir que a *própria* Administração Municipal considerou *estável* o recorrido, pois, do contrário, tê-lo-ia demitido livremente.

Aliás, êste Pretório Excelso já adotou definitivamente como jurídica a tese de

que se porventura o funcionário é passível de livre dispensa, por não ter garantias, mas se a Administração *motivou* essa dispensa, fica êsse ato vinculado à existência ou comprovação dêsse *motivo*, sob pena de ser considerado nulo (Ac. no agravo de Instrumento n.º 15.132, in Diário da Justiça, de 21-2-1952. — Apenso n.º 44, pág. 809, *Ementário*).

Não se pode, pois, dizer que foi violada a Constituição Federal, tanto mais quanto nesta se baseou o acórdão de fls. 195-197.

E se porventura houve ofensa à lei estadual, isso não dá lugar ao recurso extraordinário, que visa assegurar o império da lei federal.

Por outro lado, como mostrou o recorrido nas razões de fls. 203-206, o caso dos autos nenhuma semelhança tem com as decisões mencionadas pela recorrente, sendo que no tocante à nulidade do inquérito administrativo, o aresto ateu-se a apreciar os fatos constantes dos autos, considerando-o nulo por não ter sido assegurado ao autor, ora recorrido, ampla defesa. Matéria de fato, portanto, que não dá lugar ao apêlo extraordinário.

Não merece, assim, acolhida o recurso e, ainda que fôsse conhecido, caso seria de se lhe negar provimento.

É o relatório.

VOTO PRELIMINAR

O Senhor Ministro Ribeiro da Costa.

— O presente recurso não merece acolhida, sob os invocados fundamentos, não se tendo caracterizado, na espécie, nenhum dos pressupostos legais, que o autorizam.

Com efeito, a demissão do recorrido foi precedida da abertura de inquérito administrativo, providência que, como assinala a Procuradoria Geral, pressupõe tratar-se de funcionário *estável*. Quando porém, faltasse êsse requisito ao recorrido, se instaurado o inquérito, a demissão só se justificaria com base nesse procedimento. Se ocorre ter sido, porém, nulo, o inquérito, a demissão se considera ilegal, portanto, inoperante, segundo concluo a sentença e acórdão recorrido.

Como quer que seja, no caso, não deixou de ser observada a norma contida nos arts. 188 e 189 da Constituição Fe-

deral. Invoca-os, ao contrário, em seus fundamentos, o aresto recorrido, como bem acentuou a Procuradoria Geral, demonstrando, ainda, que, no caso, incorre a pretendida divergência na interpretação dos textos legais aplicáveis, desde que não tem êle nenhuma semelhança com as decisões apontadas pela recorrente.

Diante do exposto, não conheço, liminarmente, do recurso.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Não se conheceu, unânime-mente.

Não tomou parte na votação, por ter se ausentado, justificadamente, o Sr. Ministro Abner de Vasconcellos, substituto do Sr. Ministro Barros Barreto, que se acha em gozo de licença especial.
— *Octacílio Pinheiro*, Subsecretário.